



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000333190

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2320541-10.2024.8.26.0000, da Comarca de Limeira, em que é agravante COMERCIAL DELTA PONTO CERTO (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), é agravada SARA POMPEI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NETO BARBOSA FERREIRA (Presidente sem voto), CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN E MÁRIO DACCACHE.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

FABIO TABOSA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravante: Comercial Delta Ponto Centro Ltda. (em recuperação judicial)

Agravada: Sara Pompei Miranda

Agravo de Instrumento nº 2320541-10.2024.8.26.0000 – 1ª Vara Cível de Limeira

Voto nº 31.054

Locação. Ação de despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança. Fase de cumprimento de sentença quanto a honorários advocatícios sucumbenciais. Empresa executada em recuperação judicial. Pretensão de atribuir ao Juízo da recuperação judicial a decisão a respeito dos atos de constrição dos bens. Ociosidade. Ressalva em tal sentido que já constou de decisão anterior do MM. Juízo a quo, quando acolhida em parte impugnação apresentada pela executada com sugestão de concursalidade do crédito, por honorários sucumbenciais, da exequente. Decisão agravada que tão somente autorizou a penhora de recebíveis da executada, sub censura do Juízo recuperacional quanto à manutenção ou forma de liberação dos recursos em favor da credora. Provocação daquele Juízo que haveria de ser feita pela executada-recuperanda, que, ao que consta, nada providenciou. Falta de interesse recursal para a impugnação tão somente do ato de deferimento da constrição. Agravo de instrumento da executada não conhecido.

VISTOS.

Trata-se de agravo interposto contra a r. decisão de fl. 225, complementada a fl. 244 dos autos principais, pela qual, no âmbito de processo relativo a demanda de despejo cumulada com cobrança, em fase de cumprimento de sentença quanto a honorários advocatícios sucumbenciais, foi deferida a penhora de 30% (trinta por cento) dos recebíveis da executada disponíveis junto às empresas Cielo S/A. e Redecard S/A..

Insurge-se a executada, sustentando a competência exclusiva do juízo de sua recuperação judicial para deliberar a respeito de qualquer constrição sobre seu patrimônio, mesmo em face da cobrança de créditos extraconcursais. Nessa linha, acena com a necessidade dos valores para a manutenção das atividades

empresariais, batendo-se, em conclusão, pela reforma da r. decisão agravada.

Deferiu-se o processamento do agravo de instrumento, denegando-se o efeito suspensivo pleiteado e dispensando-se, outrossim, a prestação de informações por parte do MM. Juízo *a quo*.

O recurso, que é tempestivo, veio acompanhado do comprovante de recolhimento das custas de preparo e das peças principais, manifestando-se a administradora judicial e a agravada em contrarrazões no prazo legal (fls. 105/111 e 113/120).

É o relatório.

Inadmissível o recurso.

Por primeiro, é o caso de dizer que a pretensão sustentada pela executada-agravante, em torno da pura e simples impossibilidade de constrição de bens, até mesmo no tocante a execuções tendo por objeto créditos extraconcursais, não é compatível com sequer com o sistema da Lei nº 11.101/2005, em sua conformação original. De qualquer forma, restou tal hipótese ainda mais fora de cogitação após o advento da Lei nº 14.112/2020; segundo a redação do art. 6º, § 7º-A, da Lei nº 11.110/2005, incluído por aquele diploma, em combinação com os incisos II e III do *caput* do mesmo art. 6º, as execuções por créditos extraconcursais não apenas não se suspendem pelo processamento da recuperação como não ficam sujeitas à vedação de penhoras e constrições em geral, nem mesmo durante o *stay period*.

Quando muito, trata o referido § 7º-A do controle, pelo juízo recuperacional, ***durante o stay period*** (já superado, no caso dos autos, em que o pedido de recuperação data de 2020), e nas hipóteses do art. 49, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.101/2005 (a tanto não corresponde a hipótese dos autos), de determinados atos de constrição que possam recair sobre bens de capital essenciais à atividade empresarial.

Vê-se, pois, que, por essa conjunção de fatores, não encontraria o pleito da executada respaldo no regime legal aplicável às empresas em recuperação judicial.

De toda forma, feita a ressalva, é o caso de notar que, na espécie dos autos, há disciplina específica, inclusive mais benéfica à executada, fruto de decisão anterior proferida nos autos do cumprimento de sentença, que torna por

isso mesmo ociosa a resistência aqui externada.

A executada, aqui agravante, apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, argumentando com a concursalidade do crédito por honorários sucumbenciais ora em execução. Na decisão correspondente, o MM. Juízo *a quo*, embora tendo reconhecido a não sujeição do crédito aos efeitos da recuperação (pois constituído posteriormente ao pedido de recuperação), nos termos do art. 49, *caput*, ressaltou ser o Juízo da recuperação competente para os atos de *controle* sobre constrições incidentes sobre o patrimônio da devedora, bem como para o prosseguimento dos atos de expropriação e o pagamento dos credores (fls. 182/183 dos autos do cumprimento de sentença).

Foi, pois, *além* do que seria necessário à luz das inovações introduzidas pela Lei nº 14.112/2020.

Mas, de toda forma, ressaltou a atribuição do juízo de cada execução para a apreciação e deferimento, num primeiro momento, das penhoras.

Ora, a situação dos autos foi exatamente essa, conformada ao que se decidira antes (na ressalva dos interesses da própria executada-recuperanda, diga-se). Deferiu-se, pura e simplesmente, acerca da possibilidade de penhora dos recebíveis destinados à recuperanda, sem que nada se tenha deliberado em torno da liberação de eventuais valores em favor da exequente.

O controle sobre a persistência de penhora assim delineada, bem como acerca da eventual entrega de valores à credora, seguiu sendo do Juízo da recuperação, a quem cabia à executada, contudo, provocar, sem qualquer notícia de que o tenha feito concretamente.

De todo modo, o inconformismo é ocioso, pois, sem prejuízo da mera autorização de constrição, o que a agravante pretende, vale dizer, o controle sobre a viabilidade do ato e sua manutenção, não foi subtraído do Juízo recuperacional.

De rigor, por tudo, o reconhecimento da falta de interesse recursal.

Ante o exposto, **não se conhece** do agravo de instrumento.

FABIO TABOSA
Relator